

# NOTÍCIAS BIBLIOGRÁFICAS \*

MARCILIO, Maria Luiza (org.), *População e Sociedade. Evolução das sociedades pré-industriais*. São Paulo, Vozes, 1984.

Para o historiador familiarizado com Demografia Histórica, o livro "População e Sociedade" (Petrópolis, Vozes, 1984) introduz inúmeras questões polêmicas, caracterizando desta forma o vigor de um método, que embora jovem, ousa se rever. E para aqueles que passam ao largo da recente produção historiográfica internacional, ignorando que ela está, em sua maioria, apoiada na Demografia Histórica (vide P. Ariés, J. Delumeau, J. L. Flandrin), a mesma obra oferece a oportunidade de conviver com a abordagem metodológica empregada por tais autores, a fim de nos oferecer uma História Social variadíssima e baseada em dados colhidos e sopesados com extremo rigor.

Para ambos os casos surge, enfim, uma ampla oportunidade de melhor conhecer Demografia Histórica e de fazê-lo por meio de trabalhos de cientistas sociais que muito têm contribuído para desenvolvê-la.

Historiadores do calibre de Jacques Dupalier, Peter Laslett, François Lebrun e Maria Luiza Marcílio discutem os rumos da Demografia Histórica e seus avanços junto às fontes qualitativas da História Social. Afeita às pesquisas interdisciplinares, a Demografia Histórica torna-se fértil para plantar assuntos que a permitam crescer no domínio da História das Mentalidades.

O artigo de F. Lebrun ilustra bem estes propostos. A partir de cálculos sobre a idade de noivos ao casar, na modernidade, Lebrun não só reconstitui atitudes diante do amor e do casamento nas sociedades tradicionais como desvenda os micro acontecimentos que compunham tais alianças, chegando a reconstituir em uma espécie de "mapa do desejo", a trajetória da endogamia geográfica a que estavam submetidos os amantes de então.

---

\* (C.G.M.: Carlos Guilherme Mota; J. S.: Julita Scarano; M.L.D.P.: Mary Lucy Del Priore; M.L.M.L.: Miriam Lifchitz Moreira Leite; P.V.: Pierre Vilar).

Jean Noël Biraben, Alain Bideau, e Arthur Imhof, nos oferecem outros exemplos de pesquisas inovadoramente apontadas para os silenciosos da História, bem como para suas questões vitais. Debruçados sobre os camponeses, as mulheres, e as camadas urbanas desfavorecidas, auscultam-lhes suas doenças, e suas lutas contra as epidemias; observam seu medo da morte e da fome, e a evolução dos seus conceitos de vida; mensuram, por fim, sua fecundidade ordenada de forma a contrabalançar os óbitos.

De repente, o nascer, o reproduzir-se e o morrer revelam novos costumes e papéis e colocam na mira do Historiador, objetos como o amor materno, ou a sexualidade, entre grupos que ainda não tinham merecido atenção.

As contribuições de Hubert Klein, Stanley, Mássimo Livi Bacci e Robert Hórvath indicam características mais técnicas e maior afinidade com a Estatística e a História Quantitativa, possibilitando ao leitor, perceber as diferenças nuances com que se faz História Demográfica.

O conjunto de trabalhos é importante para se discutir Demografia História a partir de novos objetos, desmificar seus excessos (pois ela não é um fim em si mesma e sim um trampolim para outras áreas de pesquisa) e sobretudo para despertar para a sua aplicação o quanto antes.

Tal como um telescópio voltado para a noite dos tempos, a visão que teremos através dela será a de um campo imenso e luminoso que urge desbravar.

(M.L.D.P.)

GUTTON, J. P. *Domestiques et serviteurs dans la France de l'Ancien Régime*. (Collection historique dirigée par Maurice Aulhon et Paul Lemerle). Paris, Éditions Aubier Montaigne, 1981, 252 p.

Professor de História moderna, da Universidade de Lyon, Jean-Pierre Gutton é um dos pesquisadores que procura estudar camadas sociais mal e diversamente documentadas. A preocupação com a história do pauperismo e da sociabilidade em pequenos povoados indica essa atração pelas camadas subalternas e apenas subentendidas da população.

Através de uma documentação pouco utilizada, da consulta a estudos ingleses a respeito do trabalho doméstico, para efeito de comparação, Gutton empreende uma análise da condição social ambígua desse tipo de domesticidade que, no período estudado, chegava a atingir um décimo da população urbana, na França.

Ainda que a escala seja grande, não tem uma situação claramente definida. As formas de trabalho e retribuição são muito variáveis, a atribuição de obrigações e direitos estão mal formalizadas pela jurisprudência e é das mais irregulares a

imagem que a sociedade tinha desse fluído e indiferenciado grupo profissional. Ele se concretiza sob a forma de mordomos, mucamas, empregados, governantes, preceptores ou damas de companhia, por meio de contratos de casamentos, testamentos e até em inventários, em listas de recenseamento de arquivos municipais ou nos livros-diário e razão dos comerciantes, havendo, desde o século XVII, listas publicadas dos criados reais.

Por origem, os empregados são pobres, freqüentemente vindos da zona rural, que fogem à condição original e se identificam às condições de vida e de consumo dos patrões, exercendo uma ampla escala de serviços e votando-lhes uma fidelidade que, às vezes, comprometia e ligava várias gerações. A identificação com os patrões, praticada como recurso contra a miséria, podia levar à perda da identidade social. O abrigo na casa, a indumentária e a alimentação proporcionadas fornecia uma segurança que afastava o servidor de seu grupo de origem e o colocava numa condição semi-feudal, em que o senhar da casa conta com servidores livres, mas presos à casa por fidelidade ao patrão.

Embora existam confrarias em que patrões e servos são acolhidos, e os patrões sejam responsáveis pela instrução religiosa de seus empregados, são esporádicos os casos em que isso ocorre, como são episódicos, na casa burguesa, os legados e presentes oferecidos por algumas casas nobres a seus servidores.

É possível haver uma ascensão social no caso dos antigos empregados, mas não se trata do caso geral, além de que a ascensão é limitada. Os casamentos, tanto de homens quanto de mulheres, ocorrem com pessoas da mesma origem social. Alguns empregados conseguem reunir economias com que se estabelecem como pequenos comerciantes ou artífices, continuando ligados aos patrões por laços de compadrio e clientelismo.

A melhoria de situação e posição dos empregados, com relação ao grupo de origem, contudo, não se mantém quando o empregado perde o lugar. Duas faixas de servidores são violentamente atingidas com a expulsão da casa dos patrões: os idosos e as mães solteiras. Os primeiros não poderiam contar senão com os asilos de indigentes. As segundas povoam os asilos com os filhos ilegítimos, que não conseguem sustentar.

Os arquivos judiciários revelam aspectos das violências físicas no convívio interno de patrões e servidores. Os roubos freqüentes, de diversos tipos, indicam a distância que separava as necessidades exacerbadas do mundo afastado dos patrões, dos meios de vida reais de seus subalternos.

A condição mais vulnerável acabava sendo a da mãe solteira, expulsa pelos patrões por gravidez e submetida à opressão do pai da criança (muitas vezes, o senhor) e às leis e costumes que a segregam e punem por ocultação da gravidez, por aborto ou por infanticídio. O isolamento dos criados, no interior de cada

casa, afastados da família e local de nascimento e colocados sob a proteção direta da família do senhor aumentava a vulnerabilidade à dureza de sua condição social.

Sem se propor mostrar uma evolução do sistema de trabalho doméstico na direção do trabalho assalariado e consciente de que a pesquisa empreendida propõe uma multiplicidade de aspectos ainda pouco conhecidos, este ensaio (nas palavras do A.) não é apenas dedicado aos pesquisadores que lhe darão prosseguimento, mas uma fonte produtiva de desdobramentos do conhecimento existente sobre as inter-relações pessoais, econômicas e políticas, dentro e fora dos grupos de convívio (ligados ou não por laços de família).

(M.L.M.L)

Godoy Silveira, Rosa Maria. *O Regionalismo Nordestino*, São Paulo, Editora Moderna, 1984.

Como, ao longo da História do Brasil, cristalizaram-se certas concepções de “Nordeste” que encobrem as possibilidades de diagnóstico e superação dos agudos problemas da região? Responder a essa questão tornou-se a obsessão da jovem historiadora paulista Rosa Silveira, atualmente professora na Universidade Federal da Paraíba, autora de um livro importante sobre a implantação da República no Brasil, *Republicanism e Federalismo (1889/1900)*.

Compulsando documentação que, no século 19, vem desde os Anais da Câmara dos Deputados e os relatórios dos presidentes de província até os resultados do célebre Congresso Agrícola de 1878 em Recife, alcança o século 20, enfrentando árduamente as obras de Gilberto Freyre, Celso Furtado, Manoel Correia de Andrade e Chico de Oliveira. Certa de que é possível falar-se de um discurso “nacional” sem caracterizar os discursos “regionais” específicos, Rosa Silveira avança sobre dois pontos principais, de grande atualidade, pois ajuda a compreender o comportamento político da classe dominante regional nordestina. Primeiro ponto: a ideologia regionalista guarda significado próprio, articulado entretanto num discurso ideológico mais amplo, de corte liberal, centrado no tema da “unidade nacional”; isso torna o nacionalismo brasileiro (e também o latino-americano) algo *sui generis*. Segundo ponto: o regionalismo “nordestino” serve aos interesses capitalistas externos, na medida em que suas propostas políticas em sentido amplo (incluindo-se aí soluções de cunho econômico-social) reforçam simultaneamente a intervenção do mercado externo, e reforçam as formas pré-capitalistas, no mercado internacional” (p. 234).

Essa análise permite verificar como, ao longo de nossa História, a fidelidade dos grandes proprietários nordestinos aos mitos da “unidade” nacional é conse-

quente e permanente. Abrem mão — como demonstra a jovem historiadora — da hegemonia em termos nacionais, “rearranja-se o espaço regional da forma que é possível fazê-lo, desde que se preserve a reprodução da classe dominante enquanto tal”.

O perigo permanente dos levantes sociais, a problemática da hegemonia do Sul, o comportamento do Estado Nacional no jogo Norte-Sul, a questão do federalismo, a atuação dos vários governos regionais e a curiosa gama de “intérpretes”, ideólogos e cientistas sociais que já trataram dos vários “Nordestes” tornam o livro extremamente informativo e polêmico a um só tempo. Nessa atualização bibliográfica, em que se localiza com precisão o significado dos estudos de Tavares Bastos a Freyre e a Chico de Oliveira, existe uma saudável abordagem interdisciplinar em que a autora associa à discussão “para uma geografia nova” os estudos de Milton Santos e Manoel Correia de Andrade, oferecendo ao leitor a possibilidade de compreensão histórica dos vários “Nordestes” atuais, sem as peias dos períodos anteriores, fossem reformistas-populistas ou autoritários e obscurantistas.

(C.G.M.)

Silva Dias, Maria Odila Leite da. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*, São Paulo, Brasiliense, 1984.

O social e o cotidiano constituem uma das grandes preocupações da História em nossos dias. O aqui e o agora trazem o desligamento dos assim chamados “grandes assuntos e dos grandes personagens”, não mais considerados os únicos dignos de estudo e análise. Ao lado de outros cientistas sociais, os historiadores se voltam para questões de vida diária, o sobreviver. É a vida quotidiana em seus aspectos usuais e rotineiros, nos problemas práticos como o vestir, o comer e o morar e também os sentimentos como o amor, além das maneiras de se divertir, os problemas referentes ao prazer e à dor. Estuda-se a vida que culmina com a morte, esta aliás grandemente analisada e posta em questão com os belos trabalhos de Philippe Ariès e tantos outros como o interessantíssimo *Les hommes et la mort en Anjou aux 17<sup>e</sup>. et 18<sup>e</sup>. siècles*, de François Lebrun. Analisam-se os sentimentos e as ideologias que marcaram a vida diária e se procuram os padrões que nortearam os diversos momentos históricos e lhes deram características próprias.

Atualmente, procurando fugir dos momentos de exceção, a História se volta para aquilo que constitui a base da vida humana. Desse modo é possível estudarem-se as camadas mais desfavorecidas da população, abordá-la como um todo, compreendendo-se que o conjunto do povo foi o alicerce das nações. Busca-se apreender as estratégias de sobrevivência de grupos do passado, que não deixaram nomes inscritos na história, não foram vitoriosos e nem fizeram parte das classes dominantes. Esse

genero de estudo permite verificar o que foi realmente significativo em um determinado período, de que modo se enfrentava a vida, o que havia de realmente peculiar e característico no dia a dia de uma época ou um lugar.

O livro de Maria Odila Silva Dias vem responder a essa proposta, analisando e registrando as especificidades de um momento importante da vida paulista: os últimos anos do século XVIII e o século XIX, até a Abolição. Foi época de mudança e de transição na S. Paulo que vem gestando as características que a transformarão em metrópole.

A autora esmiuça a vida das mulheres, portanto de uma categoria ainda desvalorizada e pouco conhecida como agente. Ela se detém em mulheres que ocuparam ínfimas categorias na escala da produção, algumas vivendo nas fimbrias da marginalidade. “Viveram precariamente a sua pobreza, no desdobramento das dimensões sociais do doméstico”, dependendo da solidariedade da vizinhança, ocupando espaços socialmente desvalorizados, exercendo pequenos misteres.

Mulheres negras e mestiças, escravas e forras, além de brancas pobres que se aparentam às demais pela miséria e precariedade de vida. Mulheres de situação um pouco melhor do que a maioria, enfim mulheres de todos os tipos, de rastros dificilmente detectados, exigindo esforço e agudo senso de percepção.

Essa abordagem pede, além da utilização de fontes habituais, novas fontes, antes negligenciados pela história. Isso coloca em questão a preservação dos documentos, uma vez que é a ideologia do momento que condiciona tal preservação. Mudando a ideologia, a documentação antes considerada inútil será utilizada, o que mostra que não se pode julgar levemente o que serve e o que não serve e, assim, é necessário lutar para manter documentos, uma vez que elas poderão ser utilizados pelos historiadores futuros em abordagens novas.

As informações que Maria Odila Silva Dias utilizou, foram, muitas vezes aquelas que “pairam fora do corpus central do conteúdo explícito” da documentação que pode consultar. Aliás, a riqueza da documentação constitui um dos valores desse livro, buscada no Departamento do Arquivo do Estado de S. Paulo, no Arquivo da Prefeitura Municipal de S. Paulo, no Arquivo da Curia Metropolitana da mesma cidade, bem como no Arquivo do Poder Judiciário e outras fontes manuscritas e impressas. Faz largo uso de estatísticas, sobretudo a de Daniel Pedro Muller, de 1836, que contém dados preciosos, além de maços de população, ofícios diversos, material sobre escravos e também matéria encontrada em documentação policial e outros de crimes, documentação que serviu de base para o estudo de Boris Fausto, também sobre S. Paulo.

O vasto material e sua diversidade irá permitir a abertura de um leque que expõe a vida dessas mulheres, principalmente aquelas das classes desfavorecidas

e se constrói uma teia onde é possível discernir o controle social e os mecanismos do poder.

Padeiras e quitadeiras, negras de tabuleiro, costureiras e todos os pequenos misteres, alguns voltados à produção de alimentos, mas, na maioria dos casos dedicadas ao pequeno comércio, muitas vezes ambulantes, o que suscitou o desfavor de comerciantes e das autoridades. Era precário e esporádico o ganhapão das mulheres pobres. Muitas escravas e forras exerciam ofício de ambulantes, as primeiras também por conta de suas donas, algumas em precária situação, lutando pela sobrevivência. Além dessas mulheres que percorriam as ruas, subindo e descendo as ladeiras paulistanas, outras, segundo os censos, viviam de “seus negócios”, possuindo reduzido número de escravos, lutando pela manutenção de si próprias e dos seus, a maior parte delas responsáveis pelos seus “fogos”. São numerosas as mulheres sozinhas que constituem o esteio de seus “fogos”, de sua família, filhos e agregados, parentes. Foi muito maior do que se poderia supor, antes que fossem empreendidos esses estudos, o número de mulheres que viveram sós, dedicadas a ínfimos ofícios e, com o decorrer do século XIX, atiradas sempre mais para longe do centro, a caminho da periferia de S. Paulo.

Por outro lado, a conjuntura econômica-social, os costumes arraigados, faziam das mulheres as vítimas de preconceitos, dificultando seu trabalho e ação empreendedora. Nem é preciso assinalar que as negras e as pardas viam-se vitimadas por duplo preconceito.

Não foi numerosa, segundo a autora a produção de alimentos que se encontrava em mãos femininas. O abastecimento de S. Paulo, que dependia de suas chacaras e quintais que faziam cinturão ao redor da cidade, conta com poucas roceiras e sitiantes, sendo mais numerosas as mulheres dedicadas à distribuição de produtos. O capítulo a respeito das negras de tabuleiro, típicas em quase todas as nossas vilas e cidades, mostra os meandros desse comércio. Muitas vezes clandestino e perseguido, esse comércio miúdo formava verdadeira teia por ruas e bairros.

Também numericamente significativas eram as costureiras, estas geralmente enfrentando uma situação precária, além de tantas outras pequenas profissões.

Pela obra desfilam mulheres “cabeças de fogos”, ligadas a um grupo familiar, numerosas mães solteiras, mulheres sozinhas lutando pela própria sobrevivência, mulheres trabalhando por conta de suas “donas” e essas donas também lutando para manter a si e aos seus. São mulheres livres e escravas, brancas, negras, pardas, nesse painel de um aglomerado urbano em processo de crescimento e transformação. É quando a urbe dá os primeiros passos no caminho que a levaria à metropolização.

Paradoxalmente, a cidade que proporcionou uma vida tão dura a vasto grupo feminino, ostenta tantas ruas com nomes de mulheres e isso, por si só dá amostra da importância que elas tiveram.

O momento atual é propício ao estudo de categorias relegadas pela história, esquecidas. É uma tentativa de se compreender a trama da sobrevivência da população urbana bem como a teia de controle que sobre elas foi exercido. A autora acordou essas vozes de mulheres anônimas, recuperando parte de nossa história social. E nos mostra que a cidade de cimento ainda mantém quase intactos, alguns até mesmo acentuados, os problemas que afligiram e afligem a população mais pobre.

(J.S.)